



A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Thais Jéssica Sarmiento Bonfim Ramos - Univali
thaisramos@hotmail.com

Noemia Liege Maria da Cunha Bernardo - Univali
Jeane Cristina Ramos de Campos - Univali
Daniela Cristina Ratico de Quadros - Univali

RESUMO: Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de demonstrar a importância da política de assistência farmacêutica para a promoção do uso racional de medicamentos. Foi realizada busca nas bases de dados SCIELO e LILACS, realizado um levantamento dos periódicos disponíveis na internet por meio dos bancos de dados dessas plataformas, que são indexados à BIREME, e utilizados os descritores: Políticas Públicas de saúde, Assistência Farmacêutica, Sistema de Saúde todos disponíveis no DECS. Dos artigos encontrados selecionamos os mais significativos. O reconhecimento de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido pela Constituição Brasileira de 1988, tornou imperativa e prioritária uma organização da Assistência Farmacêutica com ênfase na saúde pública. A promoção do uso racional de medicamentos envolve as etapas de produção, comercialização, prescrição e a utilização de medicamentos genéricos, através de ações intersetoriais. Ela também propicia o acesso às informações que dizem respeito as repercussões sociais e econômicas do receituário médico, enfatizando a educação dos usuários no tocante aos riscos da automedicação, da interrupção ou da troca da medicação prescrita. Além disso, esta promoção possibilita a adequação dos currículos dos cursos de formação dos profissionais de saúde e a nova regulamentação da propaganda dos produtos farmacêuticos para os médicos, para o comércio de produtos farmacêuticos e à população leiga. A Assistência Farmacêutica, como política pública, teve início a partir da aprovação do Decreto Nº 68.806 de 25 de 1971, com a instituição da Central de Medicamentos e com foco no uso racional de medicamentos a partir da Política Nacional de Medicamentos e da Política de Assistência Farmacêutica. O processo indutor da pauta para o desenvolvimento de política pública que assegure o direito da promoção do uso racional de medicamentos relaciona-se diretamente ao comportamento da sociedade, como por exemplo o estímulo à automedicação, presentes na sociedade brasileira, são fatores que promovem um aumento na demanda por medicamentos, requerendo, necessariamente, a promoção do seu uso racional mediante a reorientação destas práticas e o desenvolvimento de um processo educativo, tanto para a equipe de saúde quanto para o usuário, justificando assim a importância e a necessidade de implementação desta política de assistência farmacêutica no país.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas de saúde; Assistência Farmacêutica; Sistema de Saúde.